

Educação alimentar e nutricional como uma prática na escola: A visão do professor

Food and nutritional education as a practice at school: The teacher's view

Educación alimentaria y nutricional como una práctica en la escuela: La opinión del profesor

Recebido: 18/01/2023 | Revisado: 20/02/2023 | Aceitado: 22/02/2023 | Publicado: 27/02/2023

Hayde Raquel Lorenzi

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2570-4744>
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
E-mail: hayquelorenzi@gmail.com

José Cláudio Del Pino

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8321-9774>
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
E-mail: delpinojc@yahoo.com.br

Luciana Dias de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3438-0668>
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
E-mail: dialu73@hotmail.com

Resumo

O presente artigo é oriundo de uma pesquisa de mestrado, para a qual foi realizado o método de um grupo focal aplicado a professoras de uma instituição privada do município de Porto Alegre. O trabalho teve como objetivo geral investigar o conhecimento e a adesão às práticas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no ambiente escolar privado. Para dar sustentação ao estudo, utilizou-se um referencial teórico baseado principalmente na legislação brasileira e em autores da área da educação. Os resultados do grupo focal foram analisados em três eixos de discussão: eixo 1: a referência do adulto como exemplo para a formação do sujeito; eixo 2: a importância da formação docente para estabelecer a EAN no ambiente escolar; eixo 3: a importância da EAN no ambiente escolar. A partir da análise realizada, aponta-se a importância da formação adequada para os profissionais da educação e do estabelecimento da EAN de maneira organizada no currículo escolar com estratégias que incluam tais saberes como parte da cultura escolar, buscando atingir toda a comunidade como um todo.

Palavras-chave: Educação alimentar; Formação docente; Infância; Ensino.

Abstract

This article came to be in a master's degree research, to which was applied a focus group method to a Porto Alegre private schooling institution's teaching body, having as its overall objective to probe both knowledge and accession towards Nutritional and Dietary Education (NDE) in private schooling environments. To support this study, it was used a theoretical reference mainly based on Brazilian legislature and educational authors. The focus group results were analyzed in three axes of discussion: axis 1: the adult's reference as a frame to one's formation; axis 2: the importance of the teacher's graduation to establish NDE in a schooling environment; axis 3: the importance of NDE in a schooling environment. From the accomplished analysis, it is displayed the importance of an adequate preparation for education professionals and the enactment of NDE in an organized manner in a school program with strategies that include said attainments as part of a schooling culture aiming to address schooling community as a whole.

Keywords: Dietary education; Teaching graduation; Childhood; Teaching.

Resumen

El presente artículo es oriundo de una investigación de maestría, para la cual fue realizado el método de un grupo focal aplicado a las profesoras de una institución privada del municipio de Porto Alegre que tuvo como objetivo general investigar el conocimiento y la adhesión a las prácticas de Educación Alimentaria y Nutricional (EAN) en el ambiente escolar privado. Para dar sustento al estudio, se utilizó un referencial teórico basado principalmente en la legislación brasileña y en autores del área de la educación. Los resultados del grupo focal fueron analizados en tres ejes de discusión: eje 1: la referencia del adulto como ejemplo para la formación del sujeto; eje 2: la importancia de la formación docente para establecer la EAN en el ambiente escolar; eje 3: la importancia de la EAN en el ambiente escolar. A partir del análisis realizado, se apunta la importancia de la formación adecuada para los profesionales de educación y del establecimiento de la EAN de manera organizada en el currículo escolar con estrategias que incluyan tales conocimientos como parte de la cultura escolar buscando alcanzar toda la comunidad escolar.

Palabras clave: Educación alimentaria; Formación docente; Infancia; Enseñanza.

1. Introdução

A escola é um espaço de trocas e reflexões sobre saberes científicos, culturais, políticos e sociais, no qual crianças e adolescentes são conduzidos a refletirem sobre situações do cotidiano escolar, bem como da sociedade globalizada em que vivem. A instituição escolar, juntamente com a família, contribui diretamente para o desenvolvimento e a formação dos indivíduos como sujeitos de direitos e deveres (Camozzi et al., 2015). De acordo com essa perspectiva, é dever da escola contribuir no desenvolvimento de hábitos individuais mais saudáveis, assim como promover a consciência de uma cidadania mais responsável e autônoma dos sujeitos (Barbosa et al., 2013).

Sendo assim, podemos inferir que, além do processo de aprendizagem que se dá junto à família (Ramos & Stein, 2000), a escola também é um ambiente propício para trabalhar as questões sobre alimentação saudável e sustentável (Martinelli & Cavalli, 2019), incentivando crianças e adolescentes a desenvolverem hábitos e práticas alimentares favoráveis, tanto individualmente, como perante a sociedade e o meio ambiente.

A infância é uma fase de muitas aprendizagens, na qual podemos e devemos realizar com as crianças diferentes experiências sobre a vida, a natureza e o mundo que estão começando a descobrir. É nessa etapa que desenvolvemos hábitos que cultivamos ao longo da vida. A escola tem um papel fundamental nesse processo, por ser um ambiente que busca desenvolver a autonomia e a responsabilidade individual e cidadã nos educandos (Camozzi et al., 2015).

A Lei nº 13.666/2018 – que alterou a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) – inclui a educação alimentar e nutricional como tema transversal no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Outra alteração importante nesse contexto foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que passou a apresentar a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como um eixo fundamental para o alcance da alimentação saudável no ambiente escolar (Brasil, 2009; 2020).

Mesmo diante da legislação e de muitos conhecimentos sobre os benefícios de se trabalhar a EAN ainda na infância e adolescência, não é nada fácil melhorar a qualidade da alimentação dos estudantes. Assim, pensar em formas de realizar a EAN no ambiente escolar é um desafio que requer, antes de tudo, sensibilizar os profissionais da educação para trabalharem de maneira intencional com a temática.

Ainda é preciso considerar que o consumo exagerado de alimentos ricos em gorduras, açúcares e sódio é constantemente estimulado pela indústria alimentícia por meio da publicidade, afetando principalmente o público infantil, já que as crianças ainda não são capazes de analisar criticamente as muitas informações que recebem nos diferentes meios de comunicação. Além disso, com a mudança nos padrões alimentares da população, observa-se também o aumento da obesidade em crianças e adolescentes, além de doenças não transmissíveis, como diabetes, hipertensão e doenças do coração, devido a uma alimentação pobre em nutrientes e rica em calorias (Brasil, 2014).

Nesse cenário, reafirma-se a importância do planejamento e da criação de estratégias com vistas à melhoria do padrão alimentar das populações, sendo a escola um ambiente propício ao desenvolvimento dessas ações. Cabem, portanto, debates em torno da alimentação escolar e dos seus possíveis desfechos mobilizados por ações de EAN, frente às atuais discussões, que relacionam a coexistência de três pandemias: obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. Em conjunto, esses três fenômenos, caracterizados como Sindemia Global, representam uma ameaça à saúde planetária (Swinburn et al., 2019)

A fim de favorecer o desenvolvimento de hábitos alimentares mais saudáveis, há diferentes leis, programas e documentos que recomendam e orientam a promoção da educação alimentar e nutricional e a alimentação saudável no ambiente escolar, como a Portaria nº 1.010/2006, que trata da promoção da alimentação saudável no ambiente escolar. Há também leis estaduais e municipais que proíbem a comercialização de produtos que contribuam para o desenvolvimento de doenças como diabetes, hipertensão e a obesidade, a exemplo da Lei nº 15.216/2018 do estado do Rio Grande do Sul (2018). Tais leis e

recomendações devem auxiliar na manutenção de um ambiente escolar mais adequado e propício para o ensino e para as práticas em educação alimentar e nutricional, sabendo-se que o ambiente escolar influencia diretamente as práticas pedagógicas.

Segundo o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas de 2012, a EAN “é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis” (Brasil, 2012, p. 23). Entende-se que, para que se desenvolva tal “prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis”, como citado, no contexto escolar, a Educação Alimentar e Nutricional deve ser constituída por ações interdisciplinares que se alinham e se complementam ao longo das etapas da educação básica, promovendo ações pedagógicas que possibilitem reflexões sobre a alimentação e o alimento e seus significados no âmbito social, cultural, ambiental, histórico e político, integrando “o conhecimento científico ao popular” (Brasil, 2012, p. 23).

O direito a uma alimentação adequada e saudável não deve ser pensado no sentido único de ingestão de nutrientes, mas deve ser refletido no seu sentido mais abrangente, ou seja, deve referir-se “à segurança sanitária dos alimentos, à qualidade, à diversidade, à sustentabilidade de práticas produtivas e ao respeito às culturas alimentares tradicionais” (Brasil, 2008, p. 7). É por isso que o alimento e a prática alimentar como objeto de conhecimento devem ser observados e estudados em todos os seus sentidos e valores.

Outra publicação relacionada à temática em questão é o Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014), um documento orientador sobre boas práticas alimentares, que faz recomendações acerca das questões sociais e culturais da população brasileira. Ao final, estabelece, de maneira resumida e objetiva, os dez passos para uma alimentação adequada e saudável. O Guia também reflete sobre a importância de uma alimentação sustentável, pois a produção e distribuição de alimentos têm se modificado negativamente nos últimos anos, gerando um impacto preocupante para a segurança alimentar da população e para cuidado com o meio ambiente (Brasil, 2014, p. 20).

Por esse motivo também, em EAN, utiliza-se os termos Alimentar e Nutricional, a fim de que se contemplem todos os “aspectos relacionados ao alimento e alimentação” (Brasil, 2013, p. 23), ou seja, desde as questões de produção, distribuição, preparo e consumo dos alimentos, até as questões referentes à subjetividade do ser humano, entre as quais estão as práticas alimentares individuais e coletivas, como também as questões culturais, a afetividade e o prazer atrelados ao ato de comer.

Pensando-se nas possibilidades dentro do ambiente escolar, sabe-se que os professores colaboram de maneira efetiva no processo de aprendizagem dos alunos, não somente pelo saber técnico, mas pelas ações mais básicas do cotidiano escolar. Em razão disso, esses profissionais estabelecem vínculos afetivos com as crianças, conferindo-lhes segurança para explorar temáticas tão subjetivas para o ser humano e que vão além de conteúdos curriculares, como a alimentação (Tassoni & Leite, 2013).

Dessa forma, tendo em vista a reflexão acima, o objetivo deste estudo foi conhecer o entendimento dos profissionais da educação acerca da importância da EAN no ambiente escolar. Entendemos que esse processo de compreensão se dá, em grande parte, pela formação adequada de tais profissionais, bem como pela inserção e organização da EAN no currículo escolar. A partir disso, são estabelecidas propostas pedagógicas interdisciplinares que respeitem os aspectos relativos à faixa etária dos educandos, e que considerem, também, as peculiaridades da comunidade escolar que cada instituição atende.

2. Metodologia

Nesta pesquisa, optou-se por realizar uma abordagem qualitativa, buscando compreender “aspectos da realidade que não podem ser quantificados”, como as relações humanas e sociais (Gerhardt & Silveira, 2009, p. 34), assim como as referências e os princípios que permeiam o fazer pedagógico dos educadores da instituição pesquisada. Para Minayo (2001, p. 21), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de

variáveis” sendo seu objetivo “compreender o sentido ou a lógica interna que os sujeitos atribuem a suas ações, representações, sentimentos, opiniões e crenças”.

A pesquisa foi realizada entre 2019 e 2021, em uma escola da rede privada de ensino de Porto Alegre, que possui 1.120 alunos matriculados nas três etapas da educação básica, modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. A instituição conta com o apoio de 190 funcionários, sendo 86 professores. O foco desta pesquisa foram os profissionais que atuam diretamente com as crianças, ou seja, professores e auxiliares de educação.

A pesquisa foi realizada em etapas distintas, e para este artigo, apresenta-se a análise dos dados da abordagem qualitativa. Especificamente nessa etapa, foi realizado o convite para todos os professores da Educação infantil, explicando-lhes a proposta da pesquisa. Solicitou-se aos participantes que realizassem a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sinalizando a concordância em participar do grupo focal.

Os dados coletados foram oriundos de um grupo focal realizado com cinco professoras da Educação Infantil. A partir de perguntas semiestruturadas, buscou-se compreender como as profissionais percebem a importância da EAN no ambiente escolar, se há e como se dão as práticas pedagógicas realizadas pelas educadoras com relação à temática. O tempo de duração da dinâmica foi de aproximadamente 60 minutos. Foi realizada a gravação de áudio e vídeo que, posteriormente, foi transcrita em um documento *Word*. Salienta-se que, no período em que a pesquisa foi realizada, no quadro docente da Educação Infantil, constavam apenas professoras mulheres.

O grupo focal é uma técnica de coleta de dados que se baseia na interação entre os participantes para pensar sobre um tema específico, promovendo a reflexão a partir da “problematização de uma ideia” (Backes et al., 2011, p. 439). Ainda segundo os autores, o grupo focal é uma técnica que contribui com a pesquisa qualitativa, pois se baseia na interpretação dos dados coletados pelo pesquisador. A seguir, no Quadro 1, apresentam-se as perguntas semiestruturadas utilizadas durante o grupo focal.

Quadro 1 - Roteiro de perguntas semiestruturadas, utilizado ao longo da entrevista no grupo focal.

Roteiro de perguntas:

- 1- O que você entende por educação alimentar?
- 2- Quais os conteúdos são possíveis relacionar em atividades de educação alimentar?
- 3- Quais os recursos você utiliza ou utilizaria em um planejamento de educação alimentar e nutricional?
- 4- Você teve algum tipo de formação em educação alimentar e nutricional? Considera suficiente sua formação para trabalhar com este tema?
- 5- Destaque algum tema relacionado a educação alimentar e nutricional que você considera importante discutir em uma formação continuada.

Fonte: Elaborado pelos autores.

As respostas obtidas e selecionadas das falas dos participantes no grupo focal, após transcrição, foram organizadas, categorizadas e analisadas através de diversas leituras e releituras com a finalidade de retirar o maior número possível de informações do material coletado. Durante a leitura das falas dos entrevistados, foram realizadas anotações sobre as relações estabelecidas entre o material coletado e os objetivos da pesquisa. As falas selecionadas foram categorizadas de acordo com as semelhanças apresentadas, utilizando como critério o conteúdo. Ao longo da análise, para a construção dos eixos de discussão, buscou-se verificar as recorrências e singularidades apresentadas, ou seja, procurou-se extrair o que havia de comum nas falas, mas também as particularidades.

Após a leitura, transcrição e análise das falas das participantes do grupo focal, se estabeleceram três eixos de discussão a partir da ênfase dada às questões: a referência do adulto como exemplo para a formação do sujeito, a importância da formação docente para estabelecer a EAN no ambiente escolar e a importância da EAN no ambiente escolar.

Abaixo, no Quadro 2, apresentam-se informações relevantes para compreender qual o perfil do grupo pesquisado. Os nomes das profissionais foram alterados a fim de respeitar o anonimato das participantes, conforme acordado por meio do TCLE.

Quadro 2 - Perfil das participantes do grupo focal.

Professora	1	2	3	4	5
Nome fictício	Mel	Rosinha	Amora	Mara	Cacau
Formação	Bacharel em Fonoaudiologia	Magistério e Bacharel em turismo	Artes visuais e Pedagogia	Pedagogia	Pedagogia
Especialização	Especializações na área da educação.	Especialização na área da educação.	Especialização na área da educação.	Especializações na área da educação.	Especialização na área da educação.
Tempo de atuação na educação	33 anos	32 anos	5 anos	10 anos	14 anos
Atuação – Turma e faixa etária	*Turno inverso- 4,5 e 6 anos	*Turno inverso- 2, 3 e 4 anos	**Nível 3/Jardim A- 4 a 5 anos	**Nível 1/ Maternal A- 2-3 anos	**Nível 1/Maternal A- 2-3 anos

*Turno inverso é uma turma multi-idade, que funciona no período da manhã – nesta instituição pesquisada – e atende crianças que permanecem em período integral na escola. **Nível 3 e 1 são as turmas de acordo com a faixa etária e que atendem no período da tarde na instituição pesquisada. Fonte: Elaborado pelos autores.

Constata-se que os participantes deste estudo são professoras que possuem graduação e especialização na área da educação. Além disso, a maioria possui mais de uma década de atuação como docentes.

3. Resultados e Discussão

3.1 Primeiro Eixo de Discussão: A Referência do Adulto como Exemplo para a Formação do Sujeito

Segundo as falas das professoras, pode-se perceber que elas reconhecem e consideram como fundamental o exemplo do adulto para a elaboração e desenvolvimento de bons hábitos alimentares, sendo os familiares e os educadores apontados como sujeitos de referência para a criança, por conta da proximidade afetiva que existe nessas relações.

[...] eu acho que a criança precisa explorar e ver um outro adulto referência também provando do mesmo alimento, eu acho que isso também é uma educação alimentar, aonde ele consegue ter o exemplo do adulto fazendo essa alimentação, e vendo esse adulto também comendo pra ele ver o quanto é gostoso e o quanto é bom, eu acho que a gente, o adulto é o melhor exemplo pra criança né? (Prof.^a Mara).

[...] eu acho que é muito que a criança aprende pelo que ela vê, pela experiência, pelo exemplo, pela referência, e lá em casa os meus pais sempre comeram muito legume, muita verdura, muita salada e frutas. Como foi uma coisa muito visual, sensorial, cheiro presente, assim né, afetivo, hoje eu chego a salivar quando eu vejo um “saladão” (risadas). É, eu acho que é bem pela, as crianças passam pela mesma situação. (Prof.^a Cacau).

[...] A gente não tem isso, a gente não tem essa cultura de sentar com eles. Será que isso não seria, jogando assim pra pensar né? Será que isso não seria uma prática interessante? (Prof.^a Rosinha).

[...] se perdeu esse vínculo da criança sentar na mesa junto e da criança ver o adulto comendo. (Prof.^a Mara).

Segundo Cardoso e Ferreira (2022), uma prática alimentar saudável nos primeiros anos de vida é fundamental para que crianças se desenvolvam bem, prevenindo doenças não transmissíveis, como a obesidade infantil, ressaltando também a influência de pais e mães na construção de hábitos alimentares de crianças pequenas. O Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014) e o Guia Alimentar para as Crianças Brasileiras Menores de Dois Anos (Brasil, 2019) reforçam a importância do vínculo e das ações familiares para a construção de hábitos alimentares saudáveis dos indivíduos, assim como salientam a importância das práticas culinárias para “promover a saúde, preservar cultura e proteger o meio ambiente” (Brasil, 2019, p. 158). Também incentivam a autonomia alimentar para que crianças desenvolvam uma boa relação com a comida. Para Wisniewski (2007), realizar refeições em família oportuniza que adultos (pais, mãe, avós e outros) compartilhem com as crianças saberes relacionados aos conhecimentos, crenças e a cultura alimentar da qual o grupo familiar faz parte.

Segundo Kaufman (2013), o alimento também pode transmitir afeto. Assim, o ambiente e o grupo com o qual o sujeito se relaciona também são promotores do seu comportamento alimentar, o que pode ser positivo ou não. Daí vem a importância do papel dos adultos – tanto pais como mães (ou outros responsáveis diretos) – como referência no desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. De Paula e Faria (2010) complementam que, quando a família demonstra interesse e participa efetivamente da rotina escolar da criança, ocorre um incentivo importante para as aprendizagens das crianças. Então, além da escola propor ações em EAN tanto em sala de aula quanto em outros espaços escolares, a família também é imprescindível para a promoção de práticas alimentares mais adequadas e sustentáveis. Porém, segundo as educadoras, o que parece é que a escola tem assumido uma função de responsabilidade além da sua capacidade, buscando promover a educação de crianças e adolescentes com pouca participação dos familiares e responsáveis. Se a escola orienta, educa e oferece uma alimentação balanceada e saudável para os alunos, a família se sente liberada de agir de maneira responsiva no que diz respeito à alimentação de seus filhos.

Eu acho que hoje em dia mesmo, a responsabilidade maior da alimentação passou para a escola. (Prof.^a Mara).

O saudável vai ficar cada vez mais para a escola e os pais podem ser inadequados e os bonzinhos da história né? (Prof.^a Mel).

A gente vai abordar isso com os pais para que eles possam favorecer o saudável em casa. Não é obrigação, mas parceria. (Prof.^a Mel).

Por esse motivo, é importante considerar que a EAN deve ser uma propositiva para toda a comunidade escolar, pois todos precisam, de alguma forma, ser “educados” para compreender melhor sobre o objetivo da EAN e colaborar com as ações realizadas pela escola (Barbosa et al. 2013, p. 943). Ressalta-se que, na realidade educacional brasileira (seja na educação privada ou na pública), a presença dos profissionais da área da nutrição nas escolas para diálogo direto com os alunos é praticamente inexistente, porém, é de grande valia que tais profissionais sejam participantes e atuantes no cotidiano escolar, trabalhando juntamente com os professores.

3.2 Segundo Eixo de Discussão: A Importância da Formação Docente para Estabelecer a EAN no Ambiente Escolar

Segundo Magalhães e Porte (2019), a escola é o lugar oportuno e estratégico para trabalhar as práticas alimentares saudáveis baseadas em saberes nutricionais e culturais. Todavia, como já mencionado anteriormente, é necessário que os professores, os principais mediadores do conhecimento no ambiente escolar, sejam formados para atuar com a EAN.

Percebe-se, nas falas das professoras, que elas compreendem a importância da EAN na escola para formação de hábitos saudáveis para os alunos. Contudo, ainda lhes faltam elementos formativos para compreender a dimensão total que tal temática pode abranger, assim como afirma o estudo realizado por Magalhães e Porte (2019). Apesar de a prática da alimentação saudável

ser associada principalmente ao consumo de alimentos saudáveis, e dificilmente ser relacionada às questões culturais e sociais, o grupo de professoras conseguiu relacionar a EAN com outras questões que não somente a parte biológica, o que difere dos resultados de Magalhães e Porte (2019). As educadoras sugerem a importância do tempo disponível e de um ambiente tranquilo para realizar as refeições de maneira saudável, tal como sugere o Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014).

Quando perguntadas sobre a formação e como buscam conhecimento acerca da temática alimentação, as professoras relataram que não tiveram, na graduação, uma disciplina que trabalhasse especificamente a EAN. É na prática e através de exemplos de outros docentes que aprendem sobre o tema, e quando precisam fazer alguma atividade ou projeto, buscam informações sobre o assunto na internet. Mas ficou claro na discussão que a falta de formação na graduação ou na própria instituição escolar é um impeditivo para promover trabalhos voltados à EAN.

[...] tem coisas que por mais esforçada, dedicada e competente que a professora seja, ainda não vê porque não tá na formação da pedagogia, não tá em nenhum lugar. (Prof.^a Mel).

É uma busca individual praticamente. (Prof.^a Cacau).

É na prática que a gente começa a observar. (Prof.^a Mara).

Porque quando alguém fala, tu começa olhar para aquilo. (Prof.^a Cacau).

Observou-se que, na Educação Infantil, há uma intencionalidade maior e “um certo” cuidado de se trabalhar as questões sobre alimentação com as crianças, pois as práticas, em sua maioria, estão vinculadas diretamente aos cuidados básicos como alimentação e higiene. Segundo Barbosa (2008), um dos elementos estruturantes das aprendizagens nessa etapa é a rotina pedagógica, sendo o momento das refeições um marcador importante de tal organização.

Já no Ensino Fundamental, a demanda com as disciplinas e conteúdos de linguagens e matemática são prioridades. Obedecendo aos critérios curriculares impostos pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC), o trabalho com a temática alimentação no que se refere ao corpo humano ocorre no quinto ano.

Para as professoras que participaram do grupo focal, a busca pelo conhecimento em temáticas sobre alimentação parte do interesse pessoal e é baseada em conhecimentos muito básicos e intuitivos. Constatou-se ainda que, na escola onde a pesquisa foi realizada, também não há materiais específicos para o trabalho com alimentação e a temática não é incluída nas formações pedagógicas.

Ainda são desconhecidas, por grande parte dos profissionais da área da educação, as leis que dão base à EAN e os documentos que orientam sua aplicabilidade, tais como: o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (Brasil, 2012); o Decreto Nº 8.553, de 3 de novembro de 2015; a Resolução de CD/FNDE Nº 26, de 17 de junho de 2013; a Portaria Interministerial Nº 1.010, de 8 de maio de 2006, que institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de Educação Infantil, Fundamental e Nível Médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional; o Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014). Também temos o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que além de contribuir para a alimentação escolar na rede pública, repassando verbas para estados e municípios, também prevê a realização de ações de EAN.

Com a falta de uma organização curricular que especifique os conteúdos a serem trabalhados em cada ano e etapa da educação básica, somando-se ao fato de os profissionais da educação não receberem formação adequada durante o período acadêmico, a grande demanda de outros conteúdos escolares e a falta de ferramentas de apoio e materiais didáticos, os professores, no cotidiano escolar “real”, optam por não assumir mais uma exigência. Nesse viés, Verthein e Amparo-Santos (2021, p. 4850) ponderam que há um distanciamento “entre a teoria e a prática e incoerências entre o planejamento e a execução das atividades” pela falta de conhecimento dos educadores sobre EAN e seus principais conceitos, entre outros motivos, que

acabam contribuindo no uso de técnicas e materiais inadequados no ambiente escolar, não levando em consideração a realidade e a cultura alimentar dos educandos.

Ainda nessa mesma perspectiva, Weirich e Menti (2022) reafirmam que a falta de conhecimento sobre a EAN gera insegurança nos professores em trabalhar de forma adequada essa temática, levando-os a buscarem informações na internet, em livros didáticos, entre outras fontes. A fim de reverter esse quadro, Moura e Leite (2019, p. 17) discutem a necessidade de inserir no currículo dos cursos de pedagogia, ou seja, na formação inicial de professores, disciplinas sobre educação alimentar e nutricional, “visto que a inserção das disciplinas propicia uma formação crítica e reflexiva aos licenciandos, no tocante a fomentar uma preparação consolidada da presente temática ao atuar na Educação Básica”.

Os conhecimentos que as crianças e os adolescentes possuem sobre os alimentos e a alimentação são compartilhados pela família, pela escola e pela publicidade. Conforme já mencionado, tais conhecimentos são, muitas vezes, influenciados pela economia e pela cultura que rege determinada sociedade. Sendo assim, os professores devem pensar em estratégias de apresentar e estudar o alimento e as práticas alimentares como “objeto de conhecimento”, considerando os valores que ele representa. Além disso, devem problematizar a temática a partir dos conhecimentos que os alunos já possuem sobre o assunto, apresentando novos saberes e possibilidades. A parceria e o alinhamento dos profissionais da educação com os profissionais da nutrição também deve ser uma das pautas estabelecidas nesse processo.

A Educação Alimentar e Nutricional é muito rica em possibilidades pelo seu potencial interdisciplinar e transdisciplinar. Em razão disso, a aplicabilidade da temática pode ser planejada de formas variadas, sendo relacionada com todas as áreas do conhecimento e com os diferentes componentes curriculares. Para isso, ela deve “estar articulada no currículo escolar de forma ampla e duradoura” (Marchesan et. al, 2022), em diferentes tempos e espaços sempre que possível, além de aproximar e promover o diálogo entre todos os profissionais que participam da promoção da EAN no ambiente escolar – sejam os educadores e funcionários da escola como profissionais da área da saúde –, unindo-os em ações direcionadas e complementares (Maldonado et al., 2021; Boff et al., 2021; Marchesan et al., 2022). Os educadores devem ser capazes de criar situações de ensino-aprendizagem que respeitem o desenvolvimento cognitivo e as curiosidades dos educandos, reconhecendo e valorizando os seus saberes prévios e suas experiências familiares, sociais e culturais em relação às práticas e hábitos alimentares.

Convém reiterar, nessa abordagem, que o objetivo da formação em EAN é sensibilizar e instrumentalizar os educadores para que compreendam a relevância de trabalhar com a temática a partir de uma postura interdisciplinar, de maneira que relacionem os diferentes saberes, reorganizando-os a fim de promover a construção de novos conhecimentos (Barbosa & Fazenda, 1991, p. 65). Para tanto, devem valer-se de estratégias e recursos pedagógicos variados, que proporcionem um ensino que não seja simplista, determinista ou dicotômico (Rodrigues & Boog, 2006; Camozzi, et al., 2015). Ainda nesse sentido, os professores devem refletir e propor atividades diversificadas – ações, espaços e ferramentas diferentes – na tentativa de chamar a atenção das crianças sobre práticas alimentares saudáveis, superando a ideia de que alimentar-se de maneira saudável é apenas a ingestão de nutrientes para a manutenção da saúde e prevenção de doenças. É preciso fazer os educandos refletirem sobre a responsabilidade individual e coletiva dessa ação, “levando-se em conta os impactos das escolhas alimentares na saúde, na cultura e no meio ambiente” (Maldonado et al., 2021, p. 8).

Também é importante qualificar os profissionais para que desenvolvam a competência de selecionar e adaptar as informações acessadas em diferentes meios, como livros didáticos, internet, artigos científicos, entre outros, já que as informações contidas nesses recursos podem ser insuficientes ou distorcidas, causando prejuízo aos alunos. Além de formar os educadores, também é preciso divulgar e compartilhar conhecimentos, criar materiais de apoio pedagógico e ferramentas para estimular a EAN. Observando o estudo realizado por Maldonado et al. (2021), compreende-se que uma das formas de realizar propostas assertivas de EAN no ambiente escolar é estimular os educadores a participar ativamente da construção de recursos didáticos e materiais que estejam alinhados aos objetivos de aprendizagens e desenvolvimento de seus educandos.

3.3 Terceiro Eixo de Discussão: A Importância da EAN no Ambiente Escolar

A escola é uma instituição estratégica para a aplicação da EAN. Por alcançar a maior parte da população em um período importante para a formação de hábitos alimentares dos sujeitos, entende-se que a presença de ações em EAN no ambiente escolar é essencial para contribuir com o desenvolvimento de saberes e práticas alimentares mais saudáveis. Assim como também é uma importante ferramenta que incentiva a reflexão sobre a alimentação, colaborando, entre outras questões, na prevenção de doenças não transmissíveis, como a obesidade (Pontes et al., 2016; Santos et al., 2019).

Pensar sobre a alimentação e seus processos para o ser humano e o meio ambiente é uma forma de incentivar crianças e adolescentes a melhorarem seus hábitos alimentares e o engajamento social e ambiental. Quando tais conhecimentos são difundidos no ambiente escolar, há benefícios para toda a comunidade escolar, pois esses jovens se tornam “multiplicadores do conhecimento” entre seus pares e familiares (Lucena et. al, 2019).

Por ser um ambiente coletivo, no qual o grupo exerce grande influência sobre o sujeito, a escola é um ambiente que pode favorecer o desenvolvimento de bons hábitos alimentares. Segundo Accioly (2009), “a alimentação é um ato, não apenas fisiológico, mas também de integração social e, portanto, é fortemente influenciada pelas experiências a que são submetidas as crianças e os exemplos em seu círculo de convivência” (Accioly, 2009, p. 3).

Entretanto, conforme já apresentado ao longo desta publicação, apesar de o ambiente escolar ser um espaço privilegiado para a promoção da EAN, ainda está distante de consolidar os processos de educação alimentar e nutricional por falta da formação profissionais que nele atuam.

Segundo as professoras entrevistadas, há diferentes possibilidades de se trabalhar com EAN na escola. A título de exemplo, pode-se citar as contações de histórias, as dinâmicas que ocorrem nos momentos das refeições, os encontros com as famílias para debater o assunto, as experimentações nas brincadeiras livres ou nas atividades dirigidas etc.

a gente trazer de outras formas, como uma simples roda de leitura, que não é simples, mas assim, não com essa conotação de nutrição apenas, assim, sabe? [...] se essa árvore ela é alta, se ela é uma árvore, planta rasteira, enfim, eu acho isso aí é muito conhecimento, não precisa ser só provando, comendo. Enfim, eu acho que pode ser porque a criança ela aprenda de diversas maneiras, a criança, enfim, o ser humano, que é o vendo, o fazendo. Então o visual, é cheirando, é com as mãos né? É o escutando quando alguém tá falando pra mim. Então são diversas formas de aprendizagens né. Eu acho que sim, a alimentação que estar em outros meios com certeza. (Profª Cacau)

A partir dessa fala da professora, reitera-se que é preciso oportunizar a EAN através de recursos didáticos e estratégias pedagógicas organizadas e pensadas para instigar a curiosidades dos alunos e para que suas aprendizagens sejam significativas. As ideias sobre alimentação devem ocupar todos os espaços da escola, de maneira lúdica, instigante e desafiadora para as crianças. É fundamental oportunizar que as crianças pensem em alimentação para além do ato de comer, mas sim, desde sua produção, preparo, consumo e descarte.

Assim, cabe aos professores criar espaços com contextos que permitam observação, investigação e análise dos alimentos e os processos que envolvem sua produção e consumo. Cabe também a eles usar artefatos culturais para complementar e potencializar as estratégias de ensino e aprendizagens. Além disso, compete-lhes incentivar a autonomia das crianças, respeitando suas individualidades e preferências (Brasil, 2007, p. 16).

Crianças são sujeitos concretos, precisam tocar, cheirar e olhar bem de perto para se envolverem com entusiasmo. É preciso, pois, criar situações que permitam às crianças investigarem e experimentarem alimentos variados, seus sabores, aromas e texturas com autonomia. É imprescindível que elas aprendam a valorizar os aspectos sensoriais, sensibilizando-as à curiosidade por conhecerem e experimentarem novos alimentos (Coura, 2019).

É necessário compreender que todas as ações no ambiente escolar têm caráter educativo; portanto, na escola a alimentação sempre será uma ação pedagógica. Por isso, os adultos – professores, monitores, auxiliares de educação e demais funcionários – devem ter consciência do importante papel que representam para os alunos e se comprometer com a educação alimentar através do próprio exemplo (Accioly, 2009; Santos et al., 2019). A escola, como instituição de educação, deve repensar a oferta de alimentos em todas as suas propostas culinárias: piqueniques, dias comemorativos, entre outras ações (Accioly, 2009, p. 7).

Assim, promover a EAN no ambiente escolar é uma ação interdisciplinar, intersetorial e de responsabilidade de toda a comunidade escolar, a qual deve promover a reflexão e o estímulo ao desenvolvimento de hábitos alimentares mais saudáveis e sustentáveis desde a infância.

4. Conclusão

As educadoras participantes deste estudo demonstram que entendem a importância da EAN, bem como a função da escola, juntamente com a família, para promover as aprendizagens sobre a temática e para colaborar com transformação dos hábitos alimentares das crianças. Ademais, reconhecem que a falta de formação dos professores atrapalha tal processo.

Com a falta de uma organização curricular que especifique os conteúdos a serem trabalhados em cada ano e etapa da educação básica, somando-se ao fato de os profissionais da educação não receberem formação adequada durante o período acadêmico, à grande demanda de outros conteúdos escolares e à falta de ferramentas de apoio e materiais didáticos, os professores no cotidiano escolar “real” optam por não assumir mais uma exigência. Por isso, observa-se que a EAN é realizada de maneira parcial e intuitiva pelos professores.

Por tais motivos, consideramos que é fundamental investir em formação adequada e contínua para os profissionais da educação, bem como construir e divulgar materiais didáticos apropriados para o uso deste público. Também salientamos a importância da aproximação dos profissionais da área da nutrição da comunidade escolar, através de ações em conjunto com os professores.

Outro ponto que consideramos importante é o estabelecimento de um plano de EAN, a fim de criar estratégias de ensino para todos os seguimentos da educação básica, através de ações interdisciplinares que se complementam ao longo do processo escolar, aproximando da realidade dos educandos os temas relevantes sobre alimentação como saúde individual e comunitária, sustentabilidade e meio ambiente, entre outros. Para isso, é preciso inserir a temática no currículo escolar de maneira mais objetiva e organizada por etapas, viabilizando e valorizando o tema.

Entendemos que a escola, nesta propositiva, deve ter como um dos principais objetivos o desenvolvimento de uma consciência alimentar crítica como uma competência individual e coletiva de seus alunos. Para tanto, é importante incluir a EAN como parte da cultura escolar, ou seja, uma prática cotidiana, que é pensada e trabalhada por todos os profissionais da instituição, com estratégias pedagógicas diversificadas, em diferentes tempos e espaços, buscando chamar atenção dos educandos, mas também de toda a comunidade escolar.

Ao concluir esta pesquisa, reforçamos a importância de dar continuidade aos estudos sobre a EAN no ambiente escolar e, principalmente, atendendo e orientando os profissionais da educação básica. Além disso, é preciso investigar, de maneira mais prática, na formação docente inicial e as formações continuadas, para que, através do conhecimento da legislação vigente e de práticas pedagógicas pautadas em um amplo conhecimento sobre a alimentação e sua relação com as diferentes áreas do conhecimento, professores possam colaborar para que crianças e adolescentes desenvolvam uma consciência alimentar crítica e responsável.

Referências

- Accioly, E. (2009). A escola como promotora da alimentação saudável. *Rev. Ciência em Tela*, Rio de Janeiro, 2(2), 1-9.
- Backes, D. S., Colomé, J. S., Erdmann, R., & Lunardi, V. L. (2011). Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas: o mundo da saúde. *O Mundo da Saúde*, 35(4), 438-442.
- Barbosa, D., & Fazenda, I. (1991). *A competência do educador popular e a interdisciplinaridade do conhecimento: práticas interdisciplinares na escola*. São Paulo: Ed. Cortez.
- Barbosa, M. C. S. (2008). *Por amor e por força: rotinas na educação infantil*. Porto Alegre: Artmed.
- Barbosa, N. V. S., Machado, N. M. V., Soares, M. C. V., & Pinto, A. R. R. (2013). Alimentação na escola e autonomia: desafios e possibilidades. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(4), 937-945. <https://www.redalyc.org/pdf/630/63026309005.pdf>
- Brasil. (2009). *Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica [...]. Brasília: Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm
- Brasil (2018). *Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Brasília: Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13666.htm
- Brasil. (2019). *Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos*. Brasília: Ministério da Saúde. http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_alimentar_2anos.pdf.
- Brasil. (2014). *Guia alimentar para a população brasileira*. Brasília: Ministério da Saúde. http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira.pdf.
- Brasil. (2008). *Manual operacional para profissionais de saúde e educação: promoção da alimentação saudável nas escolas*. Brasília: Ministério da Saúde. https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj4tpKDmNz2AhUHR5UCHQzeBm0QFnoECAQQAQ&url=https%3A%2F%2Fbvsms.saude.gov.br%2Fbvs%2Fpublicacoes%2Fmanual_operacional_profissionais_saude_educacao.pdf&usq=A0vVaw1S42eFfYzGq7LpFwRSAN2z
- Brasil. (2006). *Portaria Interministerial nº 1010*, de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília: Biblioteca Virtual em Saúde. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/pri1010_08_05_2006.html
- Brasil. (2012). Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília: MDS/Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf
- Brasil (2013). *O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional*. Brasília: ABRANDH. http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf
- Brasil (2020). *Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília: Casa Civil. <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6>
- Brasil (2007). Secretaria de Educação Básica. Módulo 10: *alimentação e nutrição no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Boff, E. T. de O., Bernard, A., & Carvalho, G. S. de. (2021). Promoção da alimentação saudável no contexto do livro didático e do fazer docente. Dossiê Práticas educativas emergentes: desafios na contemporaneidade. *Revista Eletrônica de Educação*, 15 (1), 1-22. <http://dx.doi.org/10.14244/198271994910>
- Camozzi, A. B. Q., Monego, E. T., Menezes, I. H. C.F., & Silva, P. O. (2015). Promoção da alimentação saudável na escola: realidade ou utopia? *Cad. Saúde Colet.*, 23 (1), 32-7.
- Cardoso E. R., & Ferreira J. C. de S. (2022). A importância da alimentação de crianças nos primeiros dois anos de vida. *Research, Society and Development*, 11 (7), 1-12. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i7.29822>.
- Coura, C. P. (2019). *Expansão do universo alimentar de pré-escolares: estudo de intervenção*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ).
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dRuzRyElzmC&oi=fnd&pg=PA9&dq=\(GERHARDT%3B+SILVEIRA,+2009,+p.34&ots=93SeYXoqGC&sig=A58gh0GWJCA6uUtH1eGP-ivPsw#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dRuzRyElzmC&oi=fnd&pg=PA9&dq=(GERHARDT%3B+SILVEIRA,+2009,+p.34&ots=93SeYXoqGC&sig=A58gh0GWJCA6uUtH1eGP-ivPsw#v=onepage&q&f=false)
- Kaufman, A. (2013). Alimento e emoção. *ComCiência*, 145 (1), 1-7.
- Lucena, B. P., Mediros, T. K. F., & Ferreira, M. A. A. (2019). *A importância da educação nutricional na escola*. Anais VI Congresso nacional de educação. Fortaleza, Ceará. https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA16_ID12760_23092019223645.pdf
- Magalhães, H. H. S. R., & Porte, L. H. M. (2019). Percepção de educadores infantis sobre educação alimentar e nutricional. *Ciênc. Educ.*, 25(1), 131-144. <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/47ktF8tC8vHmskBBYrdHmTJ/?lang=pt&format=pdf>.
- Maldonado, L., Farias, S. C., Damião, J. de J., Castro, L. M. C., Silva, A.C. F., & Castro, I. R. R. (2021). Proposta de educação alimentar e nutricional integrada ao currículo de Educação Infantil e Ensino Fundamental. *Cad. Saúde Pública*, 37(1), e00152320. <https://www.scielo.br/j/csp/a/PTK8HYywZMDmPLpv5hWZnvL/?format=pdf&lang=pt>

- Marchesan, C., Piasetzki, C. T. da R., Boff, E. T. de O., & Bianchi, V. (2022). Educação Alimentar e Nutricional: Uma temática articulada ao Currículo Escolar. *Revista educação, ciência e cultura*, 27(1), 1-13. <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v27i1.8893>.
- Martinelli, S. S., & Cavalli, S. B. (2019). Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. *Revisão. Ciênc. Saúde coletiva*, 24(11), 4251-4261.
- Minayo, M. C. de S. (2001). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes.
- Moura, F. N. de S., & Leite, R. C. M. (2019). A educação alimentar e nutricional em questão: desdobramentos na formação inicial de professores pedagogos. *Research, Society and Development*, 9(2), e109922141. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i2.2141>
- Paula, S. R. de, & Faria, M. A. de. (2010). Afetividade Na Aprendizagem. *Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 1 – nº 1*.
- Pontes, A. M. O., Rolim, H. J. P., & Tamasia, G. A. (2016). A importância da Educação Alimentar e Nutricional na prevenção da obesidade em escolares. Registro: Faculdades Integradas do Vale do Ribeira. https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/032_importancia_educacao_alimentar_nutricional.pdf
- Ramos, M., & Stein, L. M. (2000). Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil. *Jornal de Pediatria*, 76(3), 229-237.
- Rio Grande do Sul. (2018). Lei nº 15.216, de 30 de julho 2018. Dispõe sobre a promoção da alimentação saudável e proíbe a comercialização de produtos que colaborem para a obesidade, diabetes, hipertensão, em cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas do Estado do Rio Grande do Sul. <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/replegis/arquivos/lei%2015.216.pdf>
- Rodrigues É. M., & Boog, M. C. F. (2006). Problematização como estratégia de educação nutricional com adolescentes obesos. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 22(5):923-931, mai. <https://www.scielo.br/j/csp/a/Xy3wdgZJTssMbnBb483MVvM/?format=pdf&lang=pt>
- Santos, K. M., Martins, M. L., Marinho, L. C. S., Sobrinho, S. A. G. V., Alves, I. L. C., & Santos M. A. (2019). Alimentação de crianças em ambiente escolar: uma visão interdisciplinar. *Desafios – Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*, (6)2, 85-91.
- Tassoni, E. C. M., & Leite, S. A. S. (2013). Afetividade no processo de ensino-aprendizagem: as contribuições da teoria walloniana. *Educação*. 36(2), 262-71.
- Verthein U. P., & Amparo-Santos L. (2021). A noção de cultura alimentar em ações de educação alimentar e nutricional em escolas brasileiras: uma análise crítica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(Supl. 3), 4849-4858.
- Weirich, J. & Menti, M. de M. (2022). Inclusão da educação alimentar e nutricional nos currículos escolares. *Research, Society and Development*, 11(10), e545111033042. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i10.33042>
- Wisniewski, M. (2007). *O comer consciente: perspectivas para a educação alimentar na infância*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR.